## EDITORIAL

## PLANEJAMENTO FAMILIAR

Planejamento familiar, assunto polêmico, complexo e atualmente muito em evidência em nosso País, onde hoje se formam grupos de trabalho a nível de Congresso Nacional, Secretarias de Estado e Associações de Classe para que se estude o problema. Como exemplo deste tipo de trabalho temos a realização do "I Seminário Sobre Planejamento Familiar" ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em abril deste ano realização da Associação Brasileira de Enfermagem, este seminário teve como objetivo colher subsídios para direcionar a posição da Associação diante do tema.

Consideramos louváveis todas estas iniciativas, pois testemunham que, pelo menos, existe uma preocupação pelo assunto. No entanto, um aspecto para o qual queremos chamar atenção tem nos preocupado: temos observado freqüentemente que ao utilizarem a expressão "Planejamento Familiar" as pessoas se referem somente a um dos componentes importantes do mesmo, ou seja, aos programas de prevenção à gravidez. É esquecido o fato de que Planejamento Familiar é algo muitíssimo mais abrangente envolvendo uma política global onde estão inseridos os aspectos de saúde, educação e bem estar social.

Se analisarmos o conceito apresentado somos levados a crer que para o Planejamento Familiar atingir os seus objetivos é necessário o seguinte:

- Serviços de saúde que atendam o ser humano, da fecundação ao parto e puerpério;
  do nascimento à fase adulta, tanto na saúde como nos episódios de doença;
  - programas de educação em todos os níveis;
  - eqüidade na distribuição das riquezas existentes;
  - organização de programas de prevenção à gravidez.

Tudo isto deve chegar com igual eficiência a todos os habitantes do País, sem discriminação de níveis econômicos, idade e espaço geográfico.

Quanto aos programas de prevenção à gravidez, na minha opinião indispensáveis, deve ser resguardado, como tópico sagrado, o respeito à individualidade do ser humano, garantindo-lhe a soberania absoluta na decisão do número de filhos desejados. Ao Estado, cabe a responsabilidade de fornecer a população todos os meios e informações necessárias para que os casais possam decidir conscientemente o caminho a ser seguido, respeitando suas necessidades, seus princípios religiosos e éticos.

Profa, Vera Beatriz Chiká Petersen